

Casamento dos Pais e Conjugalidade dos Filhos: Do Modelo Tradicional ao Contemporâneo

Claudina Damascena Ozório¹

Terezinha Féres-Carneiro²

Andrea Seixas Magalhães³

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender a relação existente entre o casamento dos pais e o casamento dos filhos, a partir da percepção destes. Realizamos uma pesquisa qualitativa da qual participaram 50 sujeitos independentes (membros de casais distintos), de ambos os sexos, casados. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a questão discursiva do Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais. As respostas foram analisadas pelo método de análise de conteúdo e delas emergiu a categoria casamento no modelo tradicional e no modelo contemporâneo, desdobrada em duas subcategorias: diferenças em relação ao casamento dos pais e semelhanças em relação ao casamento dos pais. Observamos que, tanto para as mulheres como para os homens, o casamento dos pais é visto como modelo de conjugalidade. Todavia, os participantes apontaram mais diferenças do que similaridades entre os casamentos das duas gerações e os filhos ressaltaram a busca pela abertura para o diálogo nas suas próprias relações conjugais.

Palavras-chave: casamento; pais; filhos; conflito; diálogo.

The Marriage of Parents and the Conjuality of Children: From the Traditional Model to the Contemporary Model

Abstract

The objective of this study is to understand the relationship between the parents' marriage and the children's marriage, based on their perception of the latter. We conducted a qualitative research in which 50 independent subjects (members of distinct marriages), from both genders, married. In order to collect data, the discursive question of the Questionnaire on the Conjuality of the Parents (QCP) was used. The answers were analyzed by the content analysis method and from them, the category marriage in the traditional model and in the contemporary model, unfolded in two subcategories: differences in relation to the parents' marriage and similarities in relation to the parents' marriage emerged. We verified that, for both women and men, parental marriage is seen as a model of conjuality. However, participants pointed out more differences than similarities between the two

¹ Mestranda em Psicologia Clínica PUC-Rio.

² Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP, Professora Titular do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

³ Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, Professora Associada do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

generations' marriages and the children emphasized the search for openness to dialogue in their own marital relationships.

Keywords: *marriage; parents; children; conflict; dialogue.*

Na antiguidade, o casamento era marcado pelos interesses das famílias de origem dos nubentes, tendo como objetivos principais a preservação do patrimônio e a autopreservação. O funcionamento familiar era hierárquico, com o homem no lugar de detentor do poder familiar, e a mulher e os filhos sob a sua autoridade, emergindo com isso a assimetria de poder. Os sentimentos mútuos, que pressupunham maior intimidade, não assumiam a importância que assumem atualmente, muitas vezes nem existiam e não eram considerados necessários (Ariès, 1981; Passos, 2015).

As ideias de família como valor, do sentimento de casa, de família e de maternidade surgiram na cultura europeia do século XVII, se consolidando nos séculos XVIII e XIX, conforme descrito por Ariès (1981). Pressupõe-se a ideia de lar como um lugar de segurança e da figura do homem como provedor, sendo o afeto considerado algo secundário e mais relacionado à mulher, que era do lar e cuidadora. O lugar do provedor deriva da ideia do casamento como um contrato, que pressupõe que o amor e os demais afetos são secundários aos interesses econômicos. Nessas condições, a figura provedora torna-se o Senhor do lar, com direitos sobre os bens, o lar, a prole e a esposa, tendo de cumprir esse papel com virilidade (Saffioti, 2015).

Com base nos estudos de Ariès (1981) e Saffioti (2015), podemos pensar nos lugares demarcados para o homem e para a mulher na família tradicional, em que a mulher e os filhos eram submissos ao homem. Este possuía lugar de soberania em relação aos demais membros familiares, com poder inerente à sua condição de homem e marido. Dessa forma, as suas atitudes, em relação à esposa e aos filhos, enquanto seus objetos de poder, seriam inquestionáveis. O poder inerente ao marido, então, envolvia restrições e proibições inquestionáveis aos seus dependentes, por vezes dotadas de sentido e por vezes incompreensíveis.

Em Totem e tabu, Freud (1913/ 1974) discorre sobre o caráter sagrado e inquestionável do tabu, com expressão de proibições e reservas. Ele descreve várias classes de tabu, sendo uma delas a pessoa tabu, esta possui poder mágico especial inerente e inquestionável, não podendo ser violado. O autor enfatiza que os objetos de tabu são muitos e dentre eles está a salvaguarda dos fracos, incluindo mulheres e crianças. A relação entre o tabu, com poder sagrado e intocável, e as demais pessoas parece ser desigual e assimétrica. Com base nisso, podemos pensar, então, nas características do homem, enquanto senhor do lar, pertencente à família tradicional. O poder inerente e inquestionável da pessoa tabu remete-nos ao lugar do homem, marido e provedor desse modelo de família. A mulher e os filhos precisam se resguardar na figura desse homem, como um objeto da pessoa tabu. Assim, o marido possuía um grande poder que, a depender da maneira como era utilizado poderia ter efeitos negativos no psiquismo dos membros familiares. Nesse sentido, podemos pensar que o desenvolvimento emocional dos membros da família era fortemente marcado pelo patriarca, que poderia interferir de forma a propiciar, facilitar ou dificultar a circulação dos afetos entre todos. Porém, se havia o lugar de marido socialmente concebido como o “homem da casa”, sendo ele o detentor das decisões, então havia também atitudes previamente esperadas dele enquanto chefe

da família. Então, de alguma forma, esposa e filhos deveriam ter cautela para se dirigir ao “Senhor do lar”, pois esse se encontrava em lugar intocável (Roudinesco, 2002, Passos 2015).

Esse modelo familiar, com desequilíbrio de poder, com dependência dos demais membros familiares do homem da casa, poderia gerar ambivalência de sentimentos, propiciando emergir no ambiente familiar sentimento de insegurança e de medo em detrimento do sentimento de proteção (Passos, 2015). As atitudes do homem poderiam trazer a ideia de respeito em relação às decisões por ele tomadas, o que talvez tivesse relacionado ao medo de punição. Nessa perspectiva, parecia haver um acordo tácito entre os membros familiares, em que o lugar de poder era, automaticamente, concedido ao homem e, de algum modo, esse funcionamento tinha papel de integração e manutenção da estrutura familiar.

Diante disso, podemos pensar na existência de rigor e rigidez no sistema familiar tradicional, com o pai legislador e interditor das relações dentro da família. Devemos considerar, também, os aspectos subjetivos desse modo de organização social e familiar, no qual as mulheres e as crianças eram as mais afetadas, tendo de viver sob as leis e sob o poder do homem. Para Passos (2015), a dimensão do poder paterno é uma força política que se alastrou nas relações sociais, e, sobretudo, nas relações familiares, regulando as trocas afetivas entre os membros da família.

Desse modo, os afetos que circulam entre os membros do casal podem ser positivos, propiciando saúde emocional para prole, mas também podem ser negativos, quando desencadeiam atitudes violentas. Em relação a estas, aspectos como falta de diálogo entre os membros do casal, problemas emocionais, alcoolismo, dificuldades sexuais e fragilidade de autoimagem são alguns fatores que podem estar entrelaçados às situações de violência (Machado & Magalhães, 1999). As autoras destacam que, nas relações violentas, os envolvidos se defrontam com as situações-limite em que deverão lidar com os sentimentos opostos que ora ou outra surgirão, tendo de administrar amor e ódio, afeto e violência, submissão e dependência. Dessa forma, Diniz e Coelho (2005) enfatizam que as relações conjugais são fonte de paradoxos do afeto, sendo necessária aos membros do casal, maturidade emocional para lidar com os sentimentos, nem sempre positivos, evitando assim pender para a violência conjugal. Sobre esse aspecto, Verardo (1990) enfatiza que a violência conjugal não se manifesta apenas por agressões físicas que podem resultar em lesões corporais graves, causando impacto psicológico e social na vida dos indivíduos, levando às vezes, a relacionamentos extraconjugais.

Fatores internos, como baixa autoestima, e externos, como contexto social violento, podem ser moderadores para o desencadeamento das situações de violência no ambiente familiar, que deixam marcas invisíveis e, por vezes, traumáticas nos cônjuges, e até mesmo nos filhos e na família extensa. Nessa perspectiva, partindo do princípio de que o casamento é um lugar com possibilidade de acolhimento simbólico, envolvendo alto grau de intimidade (Passos, 2015), ambos os membros do casal são afetados quando há casos de traição, podendo ser traumático para um ou para ambos, contribuindo para a intensificação de atitudes violentas. Para Scheinkman (2005), o estabelecimento de confiança entre os membros do casal é um fator primordial para a intimidade e os casos extraconjugais são sempre sintomáticos de problemas mais profundos no casamento.

Nesse sentido, considerando a noção de transmissão psíquica geracional, podemos refletir sobre a extensão para os filhos do sofrimento ocasionado pelas experiências negativas advindas do casamento dos pais. Magalhães e Féres-Carneiro (2007) ressaltam que a transmissão psíquica entre as gerações refere-se à inscrição do sujeito na cadeia geracional, da qual ele é um elo, mas, ao mesmo tempo, é um herdeiro. As autoras pontuam, assim, o pertencimento do sujeito ao grupo familiar e a sua condição inescapável de herdeiro. Desse modo, a partir da referida noção, podemos considerar que a presença de violência no ambiente familiar de origem pode repercutir e, até mesmo se repetir, no ambiente da família nuclear atual.

Ao longo do tempo, as características da família tradicional discutidas até aqui sofreram diversas influências sociais e conseqüentes modificações. Assim, as figuras parentais foram exercendo novas funções, e com isso assumindo novos papéis, especialmente a mulher (Diniz & Coelho, 2005; Rocha-Coutinho, 2015), com sua entrada no mercado de trabalho, somados aos adventos do feminismo trouxeram novas possibilidades a elas. As transformações sociais ocorridas na década de 1960 evidenciaram mudanças que afetaram o sistema e a estrutura familiar. Os modos como se davam as relações no âmbito do casamento começaram a ser questionados, emergindo a possibilidade de separação e divórcio, abrindo caminho para novas formas de conjugalidade, como recasamento e coabitação. As mulheres, antes restritas aos cuidados domésticos, reivindicaram direitos no que tange ao crescimento profissional e à realização pessoal em outros espaços (Lazartigues, 2007; Rocha-Coutinho, 2015). Com isso, elas assumiram espaço no mercado de trabalho, o que trouxe mudanças sociais e, também, no âmbito privado, exigindo uma reorganização do sistema familiar e, conseqüentemente, um reposicionamento do homem nessa nova configuração. Concomitantemente, com a igualdade sexual crescente, o controle do homem exercido sobre a mulher torna-se cada vez mais frouxo e as mulheres passam a ter a chance de também vivenciar a sexualidade, não somente no casamento. Ainda que essa igualdade esteja longe de ser atingida, “ambos os sexos são levados a realizar mudanças fundamentais em seus pontos de vista e em seu comportamento, em relação um ao outro” (Giddens, 1993, p. 16). Nessa perspectiva, as mudanças sociais trazem profundas transformações nos modos como se dão as relações amorosas e sexuais, afetando também a família e o casamento, mas principalmente a sexualidade, emergindo uma nova ordem simbólica (Passos, 2015).

Essas mudanças afetaram a dinâmica da família, emergindo novos modos de estruturação familiar e o homem também precisou reeditar valores como macheza e virilidade e assumir um lugar mais próximo na família com uma atuação mais participativa nos cuidados com a prole (Staudt & Wagner, 2008). As mudanças sociais e familiares, ocorridas até então, abriram caminho para o surgimento da família contemporânea, emergindo a possibilidade de vínculos voluntários, autônomos e estruturados sobre valores como diálogo, respeito mútuo e harmonia no ambiente familiar. A família passa a ser então um lugar de proteção e de busca de promoção de saúde emocional.

Giddens (1993) retrata um novo paradigma para as relações amorosas, fazendo um paralelo entre dois momentos da vivência da sexualidade nos relacionamentos amorosos. Do modo como a figura feminina passa a viver a sexualidade emerge uma mudança de paradigma, afetando também o universo masculino que teve que se adaptar à nova realidade. As transformações da intimidade

trazem um mundo de negociação sexual e de relacionamentos, com novas formas de vivenciar compromisso e intimidade. A mulher sai do lugar de donzela, com nenhuma experiência sexual anterior ao casamento, passando a ter oportunidade de vivenciar a sexualidade, questionando de forma mais crítica a dominação sexual masculina. A permissão que os homens possuíam para viverem a sexualidade antes e até mesmo durante o casamento, passa a ser concedida também às mulheres. Além disso, com a possibilidade de separação e divórcio, as mulheres possuem maior liberdade de escolher se querem ou não aceitar tal situação.

Com as transformações sociais emergentes, outro olhar se lança para o ambiente familiar, emergindo também transformações na intimidade (Giddens, 1993). O que antes era um ambiente com regras mais rígidas e desequilíbrio de poder, torna-se campo mais propício para a fluidez das emoções e espaço de cuidado. A intimidade passa a fazer parte das relações, tanto conjugais quanto familiares (Passos, 2015). O homem, antes pessoa tabu, passa a ser convocado a participar desse espaço anteriormente exclusivo da mulher. Em termos de igualdade de direitos, a figura feminina busca se equiparar à masculina, exigindo igualdade e divisão de responsabilidades no que se refere à prole e à casa (Saffioti, 2015).

Assim, as transformações sociais e familiares trouxeram mudanças nos modos como se dá a dinâmica conjugal na atualidade. Se, anteriormente, o espaço conjugal era marcado pela rigidez e desequilíbrio de poder, abre-se a possibilidade para o diálogo, trocas mais saudáveis e ambiente propiciador de circulação de afetos mais positivos. Tais aspectos podem ser atenuadores da agressividade, amenizando a tensão no processo de resolução de conflitos entre os membros do casal. A interação conjugal saudável pode, então, propiciar a emergência de ambiente com maior satisfação conjugal, o que se refletirá no desenvolvimento dos filhos. Em termos psíquicos, os pais juntamente com o ambiente familiar possibilitam a inscrição do sujeito na cadeia genealógica da família, sendo os filhos elos entre as gerações. Desse modo, os pais, ao propiciarem a emergência de sentimentos mais positivos no ambiente familiar, podem imprimir na memória dos filhos modos interacionais mais saudáveis que serão transmitidos. Nesse sentido, a conjugalidade dos pais repercute na subjetividade dos filhos, afetando as construções de representações do mundo, o processo de simbolização e a construção de imagens como forma de expressão de afetos e experiências. No ambiente familiar, há a articulação da realidade psíquica do sujeito singular com a do grupo, sendo o sujeito o “herdeiro forçado, beneficiário, mas também pensador e até mesmo criador, daquilo que lhe foi transmitido” (Granjon, 2000, p. 18).

Os filhos possuem a missão de dar continuidade à história familiar, prolongando a vida. A percepção dos filhos sobre a conjugalidade dos pais pode influenciar na ressignificação de experiências traumáticas, ocasionadas na interface entre o individual e o coletivo. Nesse sentido, “o que é transmitido por uma geração será recebido pelo filho ou filhos na malha de identificações e no tecido complexo dos laços familiares que vão modificar o que é transmitido” (Granjon, 2000, p. 27), exigindo um trabalho de transformação da herança. Desse modo, a conjugalidade é um espaço de encontros entre duas alteridades, que trazem em sua bagagem experiências e aspectos da transmissão psíquica, daí sua complexidade. Isso nos leva a crer que a conjugalidade, bem como suas interfaces com outras dimensões, devam ser estudadas, levando em conta as influências

recebidas das gerações anteriores. Assim, este estudo tem como objetivo compreender a relação existente entre o casamento dos pais e o casamento dos filhos, a partir da percepção destes.

Método

O presente trabalho faz parte de um projeto mais amplo que teve como objetivo validar o “Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais-QCP” (Féres-Carneiro, 2003). O referido questionário, construído, portanto, no âmbito de outra investigação, avalia o casamento dos pais tal como percebido pelos filhos, e é composto de 60 itens, expostos em escala Likert de 5 pontos, e por uma questão discursiva.

Participantes

Participaram deste estudo 50 sujeitos (22 homens e 28 mulheres) independentes (membros de casamentos distintos), casados legalmente ou não, escolhidos aleatoriamente dentre os 212 que responderam à questão discursiva do QCP. As idades dos participantes variam entre 23 anos e 65 anos e a média geral das idades é de 42 anos (44 anos, para os homens e 41 anos, para as mulheres). O tempo de casamento variou entre dois meses e 40 anos e um mês, e a média geral de tempo de casamento foi de 15 anos e dois meses (14 anos e um mês, para os homens e 15 anos e um mês, para as mulheres).

Em relação à classe social, dos 50 participantes, 27 (15 mulheres e 12 homens) se declararam pertencentes à classe média, 13 (seis homens e sete mulheres), à classe média alta, cinco (três homens e duas mulheres) à classe média baixa e outros dois (um homem e uma mulher), à classe alta. Três sujeitos não informaram a classe social.

Instrumentos e procedimentos

Como instrumento de pesquisa, utilizamos as respostas discursivas dadas pelos sujeitos à seguinte questão: *Escreva livremente sobre a relação que você faz entre o seu casamento e o casamento dos seus pais. Fique à vontade para escrever o que quiser.* As respostas dos sujeitos foram nomeadas com base no gênero, sendo F para os participantes do sexo feminino, numeradas de F1 a F28, e M para os participantes do sexo masculino, numeradas de M1 a M22, seguidas de idade e tempo de casamento.

Cuidados éticos

O projeto de pesquisa que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde foi desenvolvido. Os participantes assinaram previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, expressando concordância em participar da pesquisa e autorizando o uso dos dados obtidos em ensino, pesquisa e publicação, estando cientes do

compromisso dos pesquisadores em preservar suas identidades.

Análise e discussão dos resultados

Os textos discursivos dos participantes foram submetidos ao método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, conforme proposto por Bardin (2011). Das respostas dos sujeitos *emergiu a categoria casamento no modelo tradicional e no modelo contemporâneo, desdobrada em duas subcategorias: semelhanças em relação ao casamento dos pais, e diferenças em relação ao casamento dos pais.*

Casamento no modelo tradicional e no modelo contemporâneo

No modelo tradicional de casamento, os papéis de gênero têm uma demarcação clara, as relações são hierárquicas, com pai provedor e mãe e filhos submissos. Por outro lado, no modelo contemporâneo de casamento, há maior equilíbrio de poder e igualdade entre os gêneros, as relações são mais horizontais, e as responsabilidades tendem a ser compartilhadas.

Alguns participantes referem o casamento dos pais como tradicional, com pai provedor e mãe do lar e submissa ao pai, ressaltando diferenças em relação ao próprio casamento. Segundo eles, em seu casamento há compartilhamento de obrigações e responsabilidades no âmbito familiar.

Classifico o casamento dos meus pais como convencional da época, onde as obrigações do casal eram bem definidas. Meu pai tinha responsabilidade de trabalhar para o sustento da casa e da família, e minha mãe, a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos. O relacionamento do casal, apesar de muita falta de entendimento, era de total submissão por parte da minha mãe. Meu casamento, desde o início, foi muito diferente do casamento dos meus pais. Eu e minha esposa sempre compartilhamos as obrigações e responsabilidades do casal, assim como as realizações pessoais e o planejamento familiar. As discussões existem, mas sempre prevalecendo o bom senso e o respeito [M4; 59 anos; 30 anos e sete meses de casamento].

A única diferença entre o meu casamento para o dos meus pais se dá no papel exercido por minha mãe, pois ela não trabalhava fora e ficava só cuidando da casa e dos filhos [M10; 39 anos; 10 anos e 3 meses de casamento].

Relação de total antagonismo. Onde havia o sistema patriarcal com enorme demonstração de marido machista e esposa submissa [M19; 53 anos; 25 anos e três meses de casamento].

Chamou atenção o relato dos homens acima sobre os lugares ocupados pelo pai e pela mãe, em que parecia haver assimetria de poder, sendo a mulher submissa ao homem. Tal fato nos remete aos lugares do feminino e do masculino no modelo de família patriarcal em que as relações familiares eram estabelecidas pelo poder e autoridade do homem sobre a mulher e os filhos. Assim, não havia convergência de vontades, sugerindo haver contrato tácito entre o homem e a mulher sobre esse modo de funcionamento conjugal e familiar. M4 ressalta ser diferente em seu próprio casamento, sugerindo ter maior equilíbrio de poder e tendência a se relacionar de forma mais igualitária, com funções mais bem distribuídas entre os cônjuges. Podemos relacionar a fala de M4 às mudanças

sociais e familiares ocorridas ao longo do tempo, conforme ressaltado por Staudt e Wagner (2008), sendo necessário também aos homens se adaptarem às mesmas. O compartilhamento de obrigações e responsabilidades entre os membros do casal, relatado por M4, corrobora resultados de pesquisa de Rocha-Coutinho (2015) sobre as transformações ocorridas nos modos de funcionamento conjugal e familiar, em que há maior tentativa por compartilhamento de tarefas entre homem e mulher.

A experiência de vida e o nível de escolaridade também são mencionados por F5 como causadores de divergências entre os pais. Ela faz um contraponto com o próprio casamento, enfatizando as diferenças.

Somente meu pai trabalhava. Minha mãe era dona de casa (cinco filhos). Como ela não possuía renda, o salário de meu pai se tornava pouco para o sustento de sete pessoas. Esse era um dos motivos do desentendimento do casal. Quanto ao meu casamento, o salário de ambos contribui para o orçamento doméstico. ... Logo que casada, minha mãe quis aperfeiçoar a costura e fazer um curso. Meu pai não deixou ... No meu relacionamento conjugal, todos os assuntos são tratados e nos respeitamos mutuamente. Estar junto pelo prazer, necessidade da companhia do outro [F5; 62 anos; 27 anos e nove meses de casamento].

O relato dos sujeitos remete às mudanças ocorridas nas duas gerações, sugerindo que, na época do casamento dos pais, os modos de se relacionar eram outros, com delimitação dos lugares sociais do homem e da mulher. Estes tinham lugares mais fixos do que na atualidade e limites bem definidos entre os sexos. Ao homem cabia o provimento financeiro da família e a função da mulher se restringia aos cuidados com o lar e com a prole, conforme ressaltado por Ariès (1981) e Passos (2015). No relato de F5 pode-se perceber a assimetria de poder entre os pais, com o pai detentor do poder em relação às expectativas da mãe quanto à profissionalização. Além disso, as experiências pessoais de vida de cada um (pai e mãe) parecem ter influenciado negativamente a convivência entre eles. Estes dados corroboram os estudos de Giddens (1993), que mostram como as relações se tornaram mais horizontais, com tendência a maior equilíbrio de poder e igualdade entre os gêneros. Tais estudos mostram como os papéis estão mais flexíveis e as responsabilidades tendem a ser compartilhadas, embora o ideal de igualdade ainda não tenha sido alcançado, especialmente para as mulheres. Tanto no relato de M4 quanto no de F5, é possível perceber tais mudanças no que tange ao compartilhamento de obrigações entre os membros do casal e à participação no orçamento doméstico, o que no relacionamento dos pais não ocorria. Esses dados vão ao encontro dos resultados de pesquisa de Rocha-Coutinho (2015) sobre as mudanças ocorridas na família com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Ela passa a participar de forma mais ativa no orçamento doméstico, possui jornada de trabalho fora de casa e ainda cumpre funções no ambiente doméstico. Com essa dinâmica, o parceiro também precisa se adequar às mudanças, e ambos precisam se relacionar de forma a promover ambiente familiar saudável.

F4 diz que busca evitar algumas situações que ocorreram no casamento dos pais, que considera serem negativas, como a submissão da mãe. Porém, em algumas situações, se vê repetindo determinadas atitudes similares às da mãe.

Procuo na relação com meu cônjuge evitar algumas situações que acredito serem negativas, a partir do referencial do casamento dos meus pais, sobretudo no que se refere à submissão da mulher. Em meu casamento ... procuro me posicionar sobre meus ideais profissionais, perspectiva de futuro, desejos sexuais. No entanto, apesar de ter esse cuidado, em muitos casos, me vejo assumindo esta postura de mulher dependente. Tento equilibrar essa quase "militância feminista" em fazer diferente da minha mãe, com o bom senso para não transformar minha relação em campo de batalha. ... Percebo poucos pontos positivos no casamento dos meus pais, embora tenha consciência de que o modo como eles estabeleceram a relação me influenciou significativamente [F4; 33 anos; sete anos e 11 meses de casamento].

Pelo relato de F4 podemos perceber que há tentativas de fazer diferente do modelo aprendido, com maior capacidade de flexibilização dos papéis e de adequação às mudanças. Tanto nos relatos dos homens quanto nos das mulheres há esforço para adequarem ao ideal de igualdade entre os cônjuges, diferentemente da época do casamento dos pais. A submissão da mãe no relacionamento conjugal, citada pelos sujeitos, remete ao modelo de família tradicional de outrora. Porém, embora os modos de se relacionar da família e do casal tenham sofrido transformações ao longo do tempo, resquícios dos modos tradicionais da família de origem parecem permanecer, ainda que de forma inconsciente, como ressaltado por F4. Tal fato nos remete ao caráter inconsciente da transmissão, deixando a marca da continuidade, do herdado e do aprendido no ambiente familiar (Granjon, 2000), sendo os pais o modelo de referência. Tanto a manutenção de aspectos similares aos do casamento tradicional dos pais, quanto a busca por fazer diferente trazem a marca da transmissão psíquica geracional.

Diferenças em relação ao casamento dos pais

Alguns participantes ressaltam mudanças percebidas em relação ao casamento dos pais, dizendo buscar fazer o oposto do que perceberam, tentando de algum modo não repetir o que consideram negativo. A maioria das mulheres faz uma avaliação negativa do casamento dos pais e positiva do próprio casamento. Tanto os homens quanto as mulheres enfatizam que são gerações diferentes. Eles levam em consideração o contexto da época do seu casamento e o do casamento dos pais, enfatizando que o diálogo é o modo como resolvem os conflitos no próprio casamento, o que não percebiam no casamento dos pais.

O diálogo nunca esteve presente no dia a dia dos meus pais e os problemas simplesmente não eram resolvidos. Presenciei algumas discussões e brigas que nunca terminavam em acordos. ... Meu pai era uma pessoa muito difícil, cabeça dura e para piorar gostava de beber. Minha mãe levava a vida "aos trancos e barrancos" mantendo o casamento a qualquer custo. O meu casamento aconteceu em circunstâncias bem diferentes. Temos muitas características em comum e buscamos objetivos parecidos [F24; 31 anos; dois meses de casamento]

Meu casamento é tranquilo, pois todos respeitamos os outros componentes desta relação, desta forma minimizamos em muito os conflitos. Já o casamento dos meus pais foi muito conflituoso. ... Como existia muita agressão tanto física, como verbal nestas relações tentei fazer com que na

“minha família” isso fosse totalmente diferente. E aprendi que o diálogo e o amor são os melhores educadores que temos [F27; 57 anos; 31 anos e quatro meses de casamento].

F28 relata também sobre o comportamento adúltero do pai, e conta que, depois da separação dos pais, perdeu o contato com ele.

Eu vivo em perfeita harmonia com o meu marido, ele sempre me compreende e o pouco que convivi com meus pais, quando eram casados, só via brigas (agressões físicas e verbais), e o comportamento adúltero do meu pai. Meus pais se separaram, eu ainda era criança e desde então nunca mais tive contato com meu pai. Antes de casar, sempre tive em minha cabeça que nenhum homem me trataria da maneira que meu pai agia com minha mãe [F28, 47 anos, 25 anos e 10 meses de casamento].

O ambiente conjugal dos pais de F28, com constantes conflitos que pareciam ser resolvidos de forma destrutiva, pode ter repercutido de alguma forma no seu casamento. Para Correa (2000), as diversas formas de violência intrafamiliar e mesmo o cenário político-social comprometem a função de contenção e de elaboração no grupo familiar, podendo o material psíquico inconsciente apresentar lacunas e vazios na transmissão. Talvez, a busca de F28 por propiciar ambiente de harmonia em seu casamento possa ser um modo inconsciente de ressignificação e superação das lembranças das brigas vivenciadas no ambiente familiar. Outro fator seria a separação dos pais, podendo ser reflexo das mudanças sociais da época, com a mulher almejando outros espaços e reivindicando mais autonomia, conforme resultados de estudos de Diniz e Coelho (2005) e Lazartigues (2007).

F24, F27 e F28 enfatizam a relação conflituosa dos pais, sugerindo presença de violência conjugal. Esse modo de funcionamento do casamento dos pais parece ter sido negativo para elas, fazendo com que busquem fazer diferente. O relato dessas mulheres remete aos estudos de Verardo (1990) e Machado e Magalhães (1999) sobre o impacto psicológico e social da violência no ambiente conjugal.

F26 e M22 ressaltam os aspectos positivos presentes no casamento dos pais. Todavia, mencionam não os ter em seu casamento.

Minha relação não chega aos pés da relação do meu padrasto e minha mãe. Eles se respeitavam, eram discretos, nunca brigavam na minha frente. Eram parceiros, amigos e viviam num ambiente sadio. Nada disso acontece no meu relacionamento [F26; 36 anos; cinco anos de casamento].

Casamento dos meus pais: sempre preocupados com o bem-estar e profissão dos nove filhos. Meu casamento: muitas discussões, falta compreensão de ambas as partes. O dos meus pais não tinha isto [M22; 44 anos; 19 anos e 10 meses de casamento].

Estes relatos remetem às dificuldades de conciliação das individualidades com a conjugalidade. Um dos desafios é compreender como se constituem e se movem subjetividades no interior das relações amorosas (Féres-Carneiro, 1998). Nesse sentido, o casamento dos pais pode ser exemplo e modelo a ser seguido, mas também pode ser fonte de idealização e romantismo, talvez inalcançável, podendo gerar frustração nos filhos que não conseguem atingir o ideal de amor conforme estabelecido no casamento dos pais (Magalhães & Féres-Carneiro, 2007).

M1 ressalta os aspectos no casamento dos pais que coincidem com o próprio casamento. Porém, do seu relato emergem algumas contradições advindas da percepção do casamento dos pais.

Meu pai tinha a certeza que jamais deveria separar-se da minha mãe. Essa certeza eu adquiri quando encontrei a minha atual esposa. Também a unidade familiar que era tão importante e passada para todos os filhos, trago comigo e minha esposa, que tem valores bem parecidos com os meus. Para os pontos divergentes, cito o respeito social, não aceito agressões verbais ou humilhações, caso que ocorria muito entre os meus pais. Demonstrações de carinho e amor são comuns em meu casamento, no de meus pais era raro; de forma geral o respeito à opinião do outro ... no casamento de meus pais vigorava bem mais a vontade de meu pai. Fui criado num lar de muito amor e muitas brigas, por isso tento fazer diferente [M1; 51 anos; seis anos e seis meses de casamento].

No relato de M1 emergem contradições e ambivalências advindas da família de origem. Havia a busca pela unidade familiar, com exaltação do amor, porém havia também muitas brigas, agressões verbais e humilhações do pai em relação à mãe. Esta narrativa nos remete aos estudos de Machado e Magalhães (1999) sobre os paradoxos do afeto, amor e raiva pela mesma pessoa, que se encontram no relacionamento conjugal. Os membros do casal precisam buscar equilíbrio entre os afetos para não pender para a violência. Outro fator que chama atenção é o pai fazer vigorar a sua vontade em detrimento da vontade da mãe e o pai tinha certeza de que jamais deveria se separar da mãe. Essas situações remetem ao jogo de forças com assimetria de poder entre homem e mulher, que vigorava na família tradicional. Assim, os aspectos que considera negativos no casamento dos pais levaram M1 a buscar fazer diferente em seu casamento. Ele menciona a busca pelo diálogo, no intuito de encontrar um ponto comum, respeitando a opinião da esposa.

Considerações finais

O casamento envolve o encontro de duas subjetividades que trazem particularidades e singularidades, sendo que, na contemporaneidade, conciliar os desejos e vontades de dois sujeitos exige trabalho, renúncias e flexibilidade, bem como poder transformar o legado recebido das gerações anteriores, conforme ressaltado por Granjon (2000).

Embora a época do casamento dos participantes deste estudo possa ser significativamente diferente da dos pais, as respostas de grande parte deles sugerem que há anseios por um casamento mais respeitoso e saudável, diferentemente do que foi percebido pela grande maioria no casamento dos pais. Para algumas mulheres, parece ainda permanecerem marcas da violência física, verbal e psicológica presenciada no ambiente familiar, que deixou, na memória de cada uma, aspectos negativos do casamento dos pais. Desse modo, elas buscam se relacionar com seus cônjuges na tentativa de fazer diferente dos pais o que avaliam como negativo, propiciando um ambiente suficientemente bom para a construção de parceria com o cônjuge. Isso pode representar uma tentativa inconsciente de resignificação, metabolização e transformação do material psíquico herdado, conforme enfatizado por Correa (2000).

A conjugalidade dos pais parece ter repercutido na construção da conjugalidade dos filhos, tendo deixado resquícios do modo de funcionamento da família tradicional. Essa memória envolve a história de várias filiações e genealogias que, embora, algumas vezes, possam ter se constituído em uma experiência ruim, remonta à história de cada sujeito na interface com o coletivo. Alguns participantes, contudo, parecem buscar conviver de forma mais funcional possível com o cônjuge, propiciando ambiente mais saudável do que o da família de origem. Desse modo, mesmo tendo vivenciado situações anteriores de violência, os filhos, em seus casamentos, podem ter feito um trabalho de ressignificação e de elaboração do material psíquico da herança genealógica. Assim, eles buscam se relacionar de modo diferente no próprio casamento. Considerando a singularidade de cada relacionamento amoroso e as diferenças de contexto social, ficam evidentes características distintas dos modos de se relacionar em cada casamento, ao mesmo tempo em que se mantêm resquícios, não simbolizados, do modo de se relacionar dos pais.

Consideramos que uma das limitações deste estudo refere-se ao fato de o mesmo ter utilizado como instrumento de investigação apenas o relato escrito dos participantes, o que limitou o aprofundamento dos relatos e o possível acesso a conteúdos inconscientes da transmissão geracional. Outra limitação está relacionada à grande dispersão das idades dos participantes e do tempo de casamento de cada um, o que tornou o grupo estudado pouco homogêneo, dificultando algumas inferências, sobre os resultados encontrados, em relação ao mesmo.

Referências

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Bardin, L. (2012). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Correa, O. B. R. (2000). Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: O. B. Correa, R. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (1ªed., pp. 61-71). São Paulo: Escuta.
- Diniz, G., & Coelho, V. (2005). A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: T. Féres-Carneiro, (Org). *Família e Casal: Efeitos da Contemporaneidade* (pp. 138-157). Rio de Janeiro: EDPUC-Rio/ Loyola.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003). *Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal*. Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq—Conselho Nacional de Pesquisa. Anexo: QCP—Questionário sobre a conjugalidade dos pais. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Psicologia.
- Féres-Carneiro, T., Ziviani, C. & Magalhães, A. S. (2007). Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. In T. Féres-Carneiro (org.), *Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 251-267). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud, S. (1974). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII (pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor, erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: O. B. R., Correa. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (1ª.ed., pp. 17-43). São Paulo: Escuta.
- Lazartigues, A. (2007). Nouvelles familles, nouveaux enfants, nouvelles pathologies. *Neuropsychiatrie de l'enfance et de l'adolescence*, 55(1), 304-320, set./ out.
- Machado, L.Z., & Magalhães, M.T.B. (1999). Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: M., Suárez, & L., Bandeira (Orgs). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15 (pp.173-237). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Magalhães, A. S & Féres-Carneiro, T. (2007). Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In: Féres-Carneiro, T. (org). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 341-364). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Passos, M. C. (2015). Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In T. Féres-Carneiro, (Org). *Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 11-23). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2015). Investimento da mulher no mercado de trabalho: repercussões na família e nas relações de gênero. In T. Féres-Carneiro, (Org). *Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 103-117). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Roudinesco, E. (2002). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª.ed.). São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo.
- Scheinkman, M. (2005). Beyond the Trauma of Betrayal: Reconsidering Affairs in Couples Therapy. *Family Process*, 44, 227-244.
- Staudt, A. C. P., & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(1),174-185.
- Verardo, M.T. (1990). *Violência no relacionamento amoroso* (1ª.ed.). São Paulo: IMEP.

Endereço para correspondência

cdozorio@gmail.com

teferca@puc-rio.br

andream@puc-rio.br

Enviado em 09/02/2017

1ª revisão em 03/04/2017

Aceito em 30/05/2017